



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Parecer nº 34471629/2024-NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Processo nº: 08460.000392/2024-87

Interessado: ERIKA NAYELI CUSHCAGUA PERUGACHI

PARECER

Trata-se de Auto de Infração e Notificação nº 0133_00064_2024 em desfavor de ERIKA NAYELI CUSHCAGUA PERUGACHI, filha de HILARION MAMANI TOPOKO e VENTURA ARIAS MAMANI, nacional do país EQUADOR, nascida aos 18/08/2000, sexo Feminino, portadora do PASSAPORTE COMUM nº A3915375, ingressou ao território nacional em 13/02/2021, pelo AEROPORTO INTERNACIONAL ANTÔNIO CARLOS JOBIM, classificada como 101 - VISITA TURISMO (VIVIS), com prazo inicial de estada até 14/05/2021, infringiu o disposto no Art. 109, II, da Lei nº 13.445/2017, RESOLVE aplicar-lhe a multa de R\$ 4.985,00 (quatro mil e novecentos e oitenta e cinco reais) pela seguinte prática: ultrapassar em 997 dias o prazo de estada legal no país..

A estrangeira encontra-se com processo de Autorização de Residência em andamento/suspensão.

Recebido tempestivamente, dentro do prazo legal previsto no §4º do Art.309 do Decreto nº 9199/2017, passo a analisar.

Preliminarmente, informo que o auto em análise fora aplicado corretamente em consonância com o Decreto regulamentador da Lei 13445/2017:

Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:

II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:

Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;

Da Defesa

Argumenta em sua defesa que não conseguiu se regularizar antes por conta da Pandemia, pois o Consulado do Equador do Brasil mais próximo ficava em São Paulo, e ela não tinha como viajar para conseguir seus documentos do país de origem (como certidão de antecedentes criminais e certidão de inscrição consular), em razão da pandemia e porque não poderia levar sua filha, uma criança pequena, que estava na escola.

Desse modo, a Recorrente só pôde buscar sua regularização migratória em 2023, quando buscou ajuda

com a documentação para fazer sua autorização de residência com base em reunião familiar, posto que sua filha é brasileira.

Do Mérito

Em consulta aos sistemas foi verificado que a estrangeira reside em uma comunidade extremamente carente.

É mais um caso de hipossuficiência declarada pelo requerente, de acordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e conforme Declaração de Hipossuficiência Econômica da Portaria MJ nº 218/2018.

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.

Art. 4o Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;

Assim sendo, submeto respeitosamente à análise e decisão.

LUCIANO DIAS DA SILVA
Agente de Polícia Federal
Chefe do NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DIAS DA SILVA**, Agente de Polícia Federal, em 18/03/2024, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34471629&crc=AABF9BF2.
Código verificador: **34471629** e Código CRC: **AABF9BF2**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE MIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Decisão nº 34424545/2024-DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Processo: 08460.000392/2024-87

Assunto: **Auto de Infração e Notificação nº 0133_00064_2024 - ERIKA NAYELI CUSHCAGUA PERUGACHI**

1. Trata-se de Defesa apresentada por ERIKA NAYELI CUSHCAGUA PERUGACHI, filha de HILARION MAMANI TOPOKO e VENTURA ARIAS MAMANI, nacional do país EQUADOR, nascida aos 18/08/2000, sexo Feminino, portadora do PASSAPORTE COMUM nº A3915375 em face da multa no valor de R\$ 4.985,00 (quatro mil e novecentos e oitenta e cinco reais), aplicada ao estrangeiro por meio do Auto de Infração e Notificação nº 0133_00064_2024, lavrado nesta DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ em 05.02.2024, por infração ao art.109, II da Lei 13.445/2017, após ultrapassar em 997 dias o prazo de estada legal no país.

2. No que se refere à análise formal, verifica-se que a defesa é tempestiva, apresentada dentro do prazo legal previsto no §4º do Art.309 do Decreto nº 9199/2017, conforme observado no Parecer NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ34471629.

3. Em sua defesa, argumenta que não conseguiu se regularizar antes por conta da Pandemia, pois o Consulado do Equador do Brasil mais próximo ficava em São Paulo e não tinha como viajar para conseguir seus documentos do país de origem (como certidão de antecedentes criminais e certidão de inscrição consular) e porque não poderia levar sua filha, uma criança pequena, que estava na escola. Desse modo, a Recorrente afirma que só pôde buscar sua regularização migratória em 2023, quando buscou ajuda com a documentação para fazer sua autorização de residência com base em reunião familiar, posto que sua filha é brasileira. Afirma, ainda, que não possui condições financeiras para arcar com a presente multa, considerando sua situação de desemprego e que sua única fonte de renda é o trabalho informal com costura na comunidade onde vive, sustentando com dificuldades a si e a sua filha pequena. Em consulta aos sistemas, foi verificado que a estrangeira reside em uma comunidade extremamente carente (34471629).

4. Com efeito, resta claro que a estrangeira infringiu o disposto no art.109, II da Lei nº13.445/2017, que aduz:

Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções: II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:

Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;

5. Ocorre que a infratora apresentou Declaração de Hipossuficiência Econômica (33877499). Quanto ao tema, a Portaria nº 218/2018 do Ministério da Justiça e Segurança Pública dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. O Parágrafo único do seu art.2º aduz que a isenção mencionada no *caput* aplica-se ao pagamento de multas quando inviabilizarem a regularização migratória. *In casu*, verifica-se presente a condição para isenção mencionada

no Parágrafo único do art.2º, já que a regularização de sua condição migratória depende do pagamento da multa, encontrando-se a estrangeira com processo de Autorização de Residência em andamento/suspenso.

6. Ressalte-se que a Lei de Migrações nº 13.445/2017 tem como base o princípio da regularização migratória, nos termos do art. 3º, V, que dispõe: *Art.3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: V - promoção de entrada regular e de regularização documental.*

7. Ademais, a condição de hipossuficiência econômica declarada pela solicitante tem presunção de veracidade, de acordo com o que estabelece o art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

8. Ante o exposto, julgo procedente o pedido, com lastro no art.312 do Decreto nº 9.199/2017,c/c o art.2º da Portaria nº 218/2018 do MJ e com o art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, determinando a isenção da multa aplicada por meio do Auto de Infração e Notificação em epígrafe, por haver indicativos suficientes de ser a requerente incapaz economicamente de pagar a referida multa.

9. Ao NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

MARINA JAYME BASILIO DE OLIVEIRA
Delegada de Polícia Federal
Chefe Substituta da DELEMIG/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **MARINA JAYME BASILIO DE OLIVEIRA**, Delegado(a) de Polícia Federal, em 25/03/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34424545&crc=F4DB978D.
Código verificador: **34424545** e Código CRC: **F4DB978D**.